

OS IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA GLOBAL 2008/09 E DA CRISE NA ÁREA DE EURO DESDE 2010 SOBRE A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Horst Dieter Moller^a, Tales Vital^b

^a Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE – DLCH/PADR, Rua Dom Manuel de Medeiros s/n, Recife-PE-
horstdm@hotmail.com

^b Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE – DLCH/PADR, Rua Dom Manuel de Medeiros s/n, Recife-PE
talesvital@hotmail.com

Palavras-chave:

Crise Financeira Global,
Crise na Área do Euro,
Balança Comercial
Brasileira.

Resumo O artigo tenta identificar impactos das crises internacionais recentes sobre o comércio internacional brasileiro, usando os impactos da crise de 2008/09 para identificar impactos possíveis da crise na área de euro, que começou na primavera de 2010 e pode ser visto como um impacto tardio da crise global de 2008/09. Descreve, de forma sucinta, as crises recentes e suas repercussões sobre o Brasil com foco nas exportações e importações brasileiras. A crise teve contágio para a economia brasileira através do canal de transmissão real, em primeiro lugar, pela queda das exportações brasileiras em consequência da queda da demanda global, através do canal de transmissão monetário pela escassez de crédito, através do canal das expectativas pela queda da confiança de empresários e consumidores brasileiros e através do canal de transmissão político pela tentativa de seguir políticas protecionistas. A crise global de 2008/09 levou a uma queda expressiva das exportações e importações brasileiras em 2009, mas de forma diferenciada para os produtos na pauta comercial brasileira. O artigo tenta identificar impactos possíveis da crise da dívida soberana na área do euro analisando os efeitos da crise global de 2008/09. Mas nos dados disponíveis em abril de 2012 ainda não encontram-se sinais significativos sobre efeitos negativos da crise na área do euro sobre as exportações brasileiras, enquanto o PIB e a produção industrial em 2012 parece estagnados. Com base nos dados disponíveis presume-se que os impactos da crise da dívida soberana na área do euro vão ser mais amenos para exportações e importações brasileiras, por causa da diversificação geográfica do comércio internacional do Brasil, da importância restrita dos países mais atingidos pela crise na área do euro (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) para o comércio internacional do Brasil, pela estabilidade do sistema financeiro brasileiro e das medidas monetárias, cambiais e fiscais do Banco Central do Brasil e do governo brasileiro. Mas a situação pode se deteriorar, se a crise atinge com mais força as economias de Espanha e Itália e com isto a área do euro, que pode contagiar a economia global de forma mais severa.

Key words:

*Global Financial Crisis,
Crisis in the Euro Area,
Brazilian Trade Balance.*

Abstract *The article attempts to identify the impacts of recent international crises on the international trade of Brazil. The article tries to use the impact of the crisis of 2008/09 to identify possible impacts of the crisis in the euro area, which began in spring 2010 and can be seen as a late impact of global crisis of 2008/09. The article describes, in short, the recent crises and their repercussions on Brazil with a focus on Brazilian exports and imports. The crisis contagion to the economy through the real transmission channel by the decline of Brazilian exports as a result of declining global demand, through the monetary transmission channel by a credit crunch in Brazil, through the channel of expectations by the deterioration of confidence of Brazilian consumers and businesses and through the political transmission channel by the attempt to follow policies of protectionism in the world. The global crisis of 2008/09 led to a significant decline of Brazilian exports and imports in 2009, but the impact was different for the products in the Brazilian trade agenda. The article attempts to identify possible impacts of sovereign debt crisis in the euro area by analyzing the effects of the global crisis of 2008/09. But the data available in April 2012 doesn't show yet significant signs of negative effects of the euro area crisis on Brazilian exports, while GDP and industrial production in 2012 seems stagnant. Based on available data the article assumes that the impacts of sovereign debt crisis in the euro area will be milder for Brazilian exports and imports, because of the geographical diversification of international trade of Brazil, the restricted importance of countries hardest hit by the crisis in euro area (Portugal, Ireland, Italy, Greece and Spain) for the international trade of Brazil, the stability of the Brazilian financial system and monetary, fiscal and exchange rate political measures of the Central Bank of Brazil and the Brazilian government. But the situation may deteriorate if the crisis hits harder in Spain and Italy and reaches the whole euro area, which can have severe contagion effects on the global economy.*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo central do artigo é analisar os impactos da crise financeira global 2008/09 iniciada nos Estados Unidos e da crise da dívida soberana na área de euro começando na primavera do ano 2010/12 sobre a balança comercial do Brasil.

O contágio de uma crise internacional espalha-se do centro da crise para a economia global através de quatro canais de transmissão. Como primeiro canal, a queda da demanda global influencia negativamente as exportações de outros países. O segundo canal de transmissão é o impacto sobre o lado monetário da economia, queda da entrada de capital estrangeiro e uma crise de liquidez e de crédito depreciando a taxa de câmbio. O terceiro canal de transmissão é o contágio das expectativas influenciando negativamente as expectativas dos agentes econômicos. O quarto canal de transmissão é político. Crises podem levar países para políticas monetárias e fiscais expansionistas prolongadas depreciando a taxa de câmbio com impactos sobre a inflação futura. A crise pode também levar a políticas protecionistas para ajudar a recuperação da indústria nacional.

Neste texto, depois dessa introdução, o segundo tópico é uma curta descrição das causas e efeitos da crise financeira global de 2008/09 e da crise da dívida soberana na área do euro. O terceiro tópico analisa os

efeitos das crises sobre a economia brasileira desde 2008, efeitos sobre o Produto Interno Bruto e seus componentes, bem como, os efeitos sobre a liquidez e o crédito, com foco na conta capital e financeira do Brasil e da mudança das expectativas. O quarto tópico é o impacto das crises sobre as exportações e importações brasileiras de bens, analisando os produtos e os países do destino das exportações e da origem das importações mais importantes. Com as conclusões sobre os efeitos das crises sobre a balança comercial brasileira o artigo termina.

2 A CRISE FINANCEIRA GLOBAL 2008/09 E A CRISE DA DÍVIDA SOBERANA NA ÁREA DO EURO

A crise financeira global começou nos Estados Unidos em 2007 com a quebra do mercado imobiliário e do mercado hipotecário com a consequência de falência de bancos agindo no mercado hipotecário e a incerteza sobre o valor, do risco e da liquidez dos títulos lastreados por hipotecas (*Mortgage-Backed Assets MBA, Collateralized Debt Obligations CDO*). Em setembro de 2008 a crise financeira mostrou nos Estados Unidos sua face mais dramática: Uma corrida aos fundos monetários e a seca nos mercados de *commercial papers*, a falta de liquidez

no mercado interbancário por causa da desconfiança dos bancos sobre a solvência e liquidez de suas contrapartidas elevando expressivamente a taxa de juros a curto prazo, a nacionalização dos gigantes no mercado hipotecário FANNIE MAE e FREDDIE MAC, a falência do banco de investimento LEHMAN BROTHERS e a salvação da maior seguradora dos Estados Unidos AIG pelo governo norte-americano, custando até hoje 180 bilhões de US\$. Estes foram os ápices da crise financeira global dos anos 2008/09 que levavam o *Federal Reserve* e o tesouro norte-americano a intervenções antes nunca vistas, para salvar o sistema financeiro nacional e evitar uma nova Grande Depressão.

As causas da Grande Recessão, como o Banco de Compensações Internacionais (BIS) chamou a crise financeira global de 2008/09 [BIS 81st Annual Report 2011, p. 10] ainda estão em discussão entre os economistas, concentrando-se nas falhas do governo e dos Bancos Centrais ou focando as falhas dos mercados. As falhas dos Governos e dos Bancos Centrais, não só nos Estados Unidos, foram as políticas monetárias excessivamente expansivas desde o crash do mercado de ações de novas tecnologias em 2000/01, resultando em uma expansão expressiva do crédito criando uma bolha no mercado imobiliário, faltas na regulação do sistema financeiro especialmente no controle de novos instrumentos financeiros nos mercados de valores mobiliários e derivativos (MBAs, CDOs e CDS – *Credit Default Swaps*) [THE FINANCIAL CRISIS INQUIRY COMMISSION, 2011, p. XVI]. As falhas do mercado foram a tomada excessiva de riscos e a alavancagem exagerada das instituições financeiras, procurando lucros de curto prazo num ambiente de dinheiro fácil e crédito barato. Os incentivos errados (estruturas de compensação) para os gerentes e operadores em lucros de curto prazo, novos instrumentos financeiros (CDO, CDS), criando riscos desconhecidos, que levavam a criação de empréstimos hipotecários sem avaliação de risco do devedor, porque as hipotecas saíam rapidamente da contabilidade do banco com a securitização dos créditos. A falha das agências de *rating* de avaliar adequadamente o risco de hipotecas securitizadas

também foram consequências de incentivos errados. O problema de risco moral criado pelos governos e bancos centrais garantindo o *bail out* das instituições financeiras “grandes demais para falir”, em caso de iliquidez, mas também em caso de insolvência. Este problema do risco moral pode ser visto como um problema geral do sistema financeiro [Roubini, 2010] e como uma forma de socializar as perdas do setor privado. A hipótese de Minsky [2008, p. 230] da instabilidade inerente do sistema financeiro em uma economia capitalista criado pela expansão excessiva de crédito no boom e a retração do crédito na crise a seguir pode ser visto como uma generalização dos problemas de falhas do mercado.

A crise espalhou-se pelo mundo através da interdependência dos sistemas financeiros nacionais, através bolhas especulativas em mercados imobiliários de outros países (Reino Unido, Espanha, Irlanda), através das expectativas, através da queda da demanda global, das exportações, da atividade econômica e do emprego e da queda dos preços das ações que forçaram governos e bancos centrais em muitas partes do mundo a seguir as políticas intervencionistas dos Estados Unidos. A tabela 1 mostra as perspectivas da crise global para os Estados Unidos, a China, o Japão e a Alemanha e o Brasil, refletindo de forma geral as quedas na produção, nas exportações e importações de bens e, como consequência das políticas macroeconômicas expansionistas, o aumento das dívidas públicas em relação ao PIB. A tabela mostra também nas estatísticas sobre a conta corrente em relação ao PIB os desequilíbrios globais entre países com superávits persistentes na conta corrente (China, Japão e Alemanha), que acumulam reservas internacionais, e os Estados Unidos com déficits persistentes na conta corrente, que somente consegue financiar estes déficits com o aumento expressivo dos títulos do tesouro norte-americano nas reservas dos países superavitários. Com exceção de China, que tinha em 2009 um crescimento positivo do PIB de 9,22%, mas enfrentou também forte queda das exportações, todos os países na tabela mostram uma queda expressiva da atividade econômica em 2009 e uma queda expressiva das exportações e importações.

Tabela 1 - Perspectivas macroeconômicas Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Brasil 1980-2012

	1980-1989	1990-1999	2000-2007	2008	2009	2010	2011	Prev. 2012
Estados Unidos								
Taxa anual de crescimento do PIB (%)	3,0	3,2	4,3	-0,3	-3,5	3,0	1,7	2,1
Taxa anual de crescimento das importações (%)	5,6	9,2	13,0	-3,8	-15,6	14,8	5,7	3,0
Taxa anual de crescimento das exportações (%)	5,4	7,6	9,9	6,3	-12,0	14,4	7,4	4,2
Transações Correntes/PIB (%)	-1,7	-1,6	-4,9	-4,7	-2,7	-3,2	-3,1	-3,3
Dívida Pública bruta/PIB (%)	53,0	68,2	62,1	76,1	89,9	98,5	102,9	106,6
China								
Taxa anual de crescimento do PIB (%)	9,7	10,0	13,2	9,6	9,2	10,4	9,2	8,2
Taxa anual de crescimento das importações (%)	9,5	12,9	22,8	3,4	2,5	22,3	9,7	10,1
Taxa anual de crescimento das exportações (%)	8,4	15,7	23,8	8,2	-10,7	28,4	9,4	6,7
Transações Correntes/PIB (%)	-0,3	1,7	4,6	9,1	5,2	5,1	2,8	2,3
Dívida Pública bruta/PIB (%)	3,7	7,7	18,0	17,0	17,7	33,5	25,8	22,0
Japão								
Taxa anual de crescimento do PIB (%)	4,4	1,5	1,4	-1,0	-5,5	4,4	-0,7	2,0
Taxa anual de crescimento das importações (%)	3,4	6,6	9,1	0,1	-16,0	15,3	5,8	2,4
Taxa anual de crescimento das exportações (%)	5,1	3,4	4,8	-1,3	-27,6	25,4	-2,1	2,3
Transações Correntes/PIB (%)	2,0	2,3	3,3	3,2	2,8	3,6	2,0	2,2
Dívida Pública bruta/PIB (%)	64,3	91,1	170,4	191,8	210,2	215,3	229,8	235,8
Alemanha								
Taxa anual de crescimento do PIB (%)	1,9	2,1	2,4	0,8	-5,1	3,6	3,1	0,6
Taxa anual de crescimento das importações (%)	3,8	5,8	7,2	3,7	-9,8	12,8	8,8	1,9
Taxa anual de crescimento das exportações (%)	4,9	5,0	7,0	2,3	-16,3	15,2	9,1	1,7
Transações Correntes/PIB (%)	2,0	-0,6	3,2	6,2	5,9	6,1	5,7	5,2
Dívida Pública bruta/PIB (%)	n.d.	52,3	64,0	66,7	74,4	83,2	81,5	78,9
Brasil								
Taxa anual de crescimento do PIB (%)	2,9	1,6	3,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	3,0
Taxa anual de crescimento das importações (%)	-2,9	10,6	14,1	17,6	-17,5	38,2	8,9	3,0
Taxa anual de crescimento das exportações (%)	8,7	5,0	8,8	-2,5	-10,8	9,5	2,9	2,7
Transações Correntes/PIB (%)	-3,0	-1,7	-0,5	-1,7	-1,5	-2,2	-2,1	-3,2
Dívida Pública bruta/PIB (%)	n.d.	n.d.	n.d.	63,5	66,9	65,2	66,2	65,1

Fonte: International Monetary Fund (IMF) WEO April 2012 e update July 2012, n.d

A crise financeira global levou governos e bancos centrais no mundo para medidas monetárias e fiscais nunca vistas antes para salvar o mundo de uma nova Grande Depressão como na década de 1930. *Quantitative e Qualitative Easing* (QE) por parte dos bancos centrais, a recapitalização e nacionalização de instituições do sistema financeiro pelo Estado (FANNY MAE, FREDDY MAC, AIG e os grandes bancos nos Estados Unidos, o banco NORTHERN ROCK no Reino Unido, os bancos mais importantes na Irlanda e Islândia, o banco HYPO REAL na Alemanha, o banco FORTIS na Bélgica etc.) [SACHVERSTÄNDIGENRAT ZUR BEGUTACHTUNG DER GESAMTWIRTSCHAFTLICHEN ENTWICKLUNG, 2011]. Mas as políticas expansionistas fiscais e monetárias, que ajudavam os países para voltar para

a estabilidade financeira e crescimento em 2010, mostram um preço. Os balanços de muitos dos bancos centrais das economias maduras do mundo estão cheios de ativos de risco, comprados para salvar o sistema financeiro, e a expansão monetária prolongada pode levar a aceleração da inflação nas economias maduras no futuro e pode ser visto também como uma forma de guerra cambial (como o ministro da fazenda Mantega [GLOBO.COM, 2012] avalia a política) para depreciar a própria moeda nos países maduros, ganhando vantagem em competitividade prejudicando a indústria brasileira. Mas o maior problema parece ser o crescimento expressivo da dívida pública e do déficit fiscal em muitas economias maduras, criados através de medidas keynesianas para salvar o mundo de uma

nova depressão e através da transferência de dívida privada para a dívida pública ou risco público (por meio de medidas de emergência de bancos centrais e do governo central). O problema mais importante após a crise é agora a desalavancagem (*deleveraging*) do setor privado e público. O Relatório Anual 81 do *Bank for International Settlements* (BIS) de 2011 [p.10, tradução dos autores] mostra os problemas para muitos países no futuro:

Crises relacionadas com expansões de dívida soberana pioraram o que já eram insustentáveis trajetórias de política fiscal e a dívida do sector privado e público continua a ser demasiado elevado. O resultado é que, hoje, os políticos e as famílias não têm praticamente nenhum espaço de manobra. Todas as crises financeiras, especialmente aqueles gerados por bolha imobiliária alimentada pela expansão do crédito, levam a problemas económicos prolongados. Precisamos nos proteger contra as políticas que retardam o ajuste inevitável. Quanto mais cedo as economias maduras abandonam o crescimento pela alavancagem do sector privado e público, quanto mais cedo eles vão conseguir diminuir a dívida desestabilizadora acumulada durante a última década e voltar ao crescimento sustentável. O tempo para a consolidação da dívida pública e privada é agora.

Mas, por exemplo, a diretora do FMI, Lagarde (2012), adverte que a consolidação fiscal precisa ser feita de forma sensata, para não prejudicar o crescimento e a estabilidade política e social e evitar uma espiral deflacionária.

Obviamente, a crise da dívida soberana é também uma crise das instituições financeiras europeias com ativos expressivos nestes títulos soberanos. A crise bancária está inter-relacionada com a crise da dívida soberana na área do euro e os programas de emergência da União Europeia e do FMI estão concentrados nos países em crise, mas também na estabilidade financeira do sistema bancário europeu. Em 2011 e 2012, o Banco Central Europeu (BCE) seguia o Federal Reserve na política monetária muito expansionista (QE¹, o que a presidente ROUSSEFF chama de “tsunami monetário”) e na intervenção nos mercados secundários de dívida soberana, mas os sistemas financeiros em alguns dos países PIIGS são ainda instáveis em abril de 2012 e o default para os credores do setor privado da dívida pública da Grécia aumentou agora os custos da rolagem da dívida pública de outros países, como Portugal e Espanha.

A crise da dívida soberana na área do euro poderia ser visto como consequência da crise financeira global de 2008/09 e da recessão mundial seguinte. Mas existem também caminhos diferentes para os diferentes países em crise. Irlanda e Espanha experimentavam bolhas imobiliárias e Irlanda entrou em enormes déficits fiscais para salvar o sistema financeiro e a dívida pública aumentava em todos os países como consequência das políticas para evitar uma depressão. Outros países tiveram altas dívidas públicas como a Itália ou foram endividando-se rapidamente no tempo do crédito fácil e barato como a Grécia e Portugal. Na primavera de 2010 os investidores acordavam para perceber que o endividamento público desses países (chamado PIIGS – Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) era insustentável. A venda dos títulos da dívida soberana destes países aumentou os custos da rolagem da dívida de forma insustentável, enquanto as preocupações com a interação dos problemas da dívida soberana e da vulnerabilidade do sector bancário da área do euro aumentou. Os programas de assistência da União Europeia em 2010 para Grécia, Portugal e Irlanda davam um alívio por um tempo, mas acompanhada de medidas de austeridade fiscal, levou alguns países a recessão ainda mais profunda e novos problemas fiscais, e em outubro de 2011 o contágio chegou a terceira e quarta maior economia da zona do euro: Itália e Espanha. O Banco Central Europeu (BCE) fez intervenções nos mercados secundários de títulos soberanos da dívida, comprando para baixar os rendimentos. No início de 2012, o default da dívida soberana da Grécia levou a perdas de cerca 80% para os proprietários desses títulos no setor privado, enquanto o *hair-cut* oficial do valor de face dos títulos é de apenas 50%.

A crise na área do euro mostra os problemas da unidade monetária da área do euro, o euro. O euro desde sua criação em 1999 tem sido um projeto político, unificando mais firmemente hoje 17 países da União Europeia (que tem 27 Estados membros). Seu principal defeito é que o euro é uma unidade monetária sem Estado, sem uma política fiscal unificada e controle fiscal. O desenvolvimento econômico na área do euro não levou as economias nacionais à convergência das condições econômicas e sociais nos países membros, mas para a divergência em alguns países especialmente no déficit fiscal, dívida pública, transações correntes e ainda mais

¹ Quantitative Easing

importantes em termos de competitividade, especialmente no sul da área do euro. Estas diferenças de competitividade na área do euro não podem ser resolvidas pelos instrumentos de ajustes da taxa de câmbio (desvalorização) ou expansivas políticas monetárias, porque a unidade monetária, o euro, existe para todos os países da área do euro e a política monetária também é unificada pelo Banco Central Europeu (BCE). Diferenças na competitividade só podem ser resolvidas através de políticas deflacionárias nos países com falta de competitividade, pela migração ou pelo expressivo crescimento da produtividade. Estas são soluções estressantes e lentas levando a instabilidade social e conflitos como foi no período de pré-guerra em 1925, o retorno do Reino Unido para a taxa cambial da libra em relação ao ouro.

A Tabela 2 mostra que todos os países PIIGS experimentavam profundas recessões em 2009, enquanto na Grécia a recessão também está piorando em 2010 e 2011. Ela mostra também que os déficits em conta corrente (especialmente na Grécia e Portugal) foram e são insustentáveis, especialmente quando acompanhado por déficits fiscais expressivos como na Irlanda (causada pela ação do Estado na salvação do sistema financeiro

nacional (-32% em 2010) e também na Grécia), que levou a um crescimento acelerado do coeficiente dívida pública/PIB, insustentável, especialmente para a Grécia, mesmo depois do default.

Enquanto a zona euro crise da dívida soberana ainda não mostra o contágio expressivo para a economia mundial, as previsões de organizações internacionais para o crescimento global e nacional em 2012 foram corrigidas para baixo com a crise virando pior no final de 2011. Os impactos da instabilidade global foram sentidos também no Brasil, as previsões nacionais para o crescimento em 2012 também foram corrigidas para baixo e o governo reduziu os impostos sobre o consumo e o Banco Central do Brasil reduziu a taxa básica de juros SELIC e houve tentativas de depreciar o real.

Os dados da tabela 2 mostram que a maioria dos países mostra um coeficiente da dívida pública/PIB relativamente elevado (com exceção da Espanha), todos se encontram em recessão (com exceção de Irlanda) com déficits fiscais expressivos (com exceção da Itália) e com um coeficiente de déficit na conta corrente/PIB elevado (com exceção da Irlanda) o que aumenta o custo de endividamento destes países. Os problemas espalham-se para a área do euro e com isto para a economia global.

Tabela 2 - Perspectivas macroeconômicas para os países no centro da crise da dívida soberana na área do euro 2000-2012

	2000-05	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 Previsão
Taxa de crescimento do PIB real (%)								
União Europeia	1,9	3,3	3,0	0,4	-4,3	1,9	1,5	-0,3
Portugal	1,4	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6	-3,2
Irlanda	5,7	5,3	5,2	-3,0	-7,0	-0,4	0,7	0,6
Itália	1,4	2,2	1,7	-1,2	-5,5	1,8	0,4	-1,7
Grécia	4,0	5,5	3,0	-0,2	-3,3	-3,5	-6,9	-5,3
Espanha	3,6	4,1	3,5	0,9	-3,7	-0,1	-0,2	-2,0
Conta Corrente/PIB (%)								
Portugal	-9,0	-10,7	-10,1	-12,6	-10,9	-9,9	-8,0	-3,8
Irlanda	-1,0	-3,5	-5,3	-5,7	-2,9	0,5	0,5	1,7
Itália	-0,9	-2,6	-2,4	-2,9	-2,1	-3,5	-3,6	-2,6
Grécia	-6,9	-11,2	-14,4	-14,7	-11,0	-10,1	-8,6	-6,3
Espanha	-4,5	-9,0	-10,0	-9,6	-5,2	-4,6	-4,0	-2,3
Déficit fiscal/PIB (%)								
Portugal	-3,7	-4,1	-3,1	-3,6	-10,2	-9,8	-5,9	-4,5
Irlanda	1,5	2,9	0,1	-7,3	-14,0	-31,3	-10,3	-8,7
Itália	-3,1	-3,4	-1,6	-2,7	-5,4	-4,5	-3,6	-1,6
Grécia	-5,2	-5,7	-6,5	-9,8	-15,6	-10,8	-9,0	-7,0
Espanha	-0,1	2,4	1,9	-4,5	-11,2	-9,3	-6,2	-4,4
Dívida pública bruta/PIB (%)								
Portugal	55,0	63,9	68,3	71,6	83,0	92,9	106,0	121,9
Irlanda	32,2	24,7	24,9	44,4	65,2	94,9	109,3	118,8
Itália	106,3	106,6	103,6	106,3	116,1	119,0	121,1	128,1
Grécia	100,8	106,1	105,4	110,7	127,1	142,8	165,6	168,0
Espanha	50,9	39,6	36,1	39,8	53,3	60,1	75,3	87,9
Taxa efetiva de juros da dívida soberana (%)	dez/00-05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	2012
Portugal	4,37	3,96	4,47	4,00	3,91	6,53	13,08	12,08
Irlanda	4,31	3,76	4,45	4,57	4,88	8,45	9,4	7,35
Itália	5,60	4,04	4,54	4,47	4,01	4,60	6,81	6,45
Grécia	4,32	4,04	4,53	5,08	5,49	12,01	21,14	22,40
Espanha	4,28	3,82	4,35	3,86	3,81	5,38	5,53	5,86

Fontes: IEUROSTAT, IMF - WEO e Fiscal Monitor 9/2011, OECD, World Economic Outlook 4/2012

3 OS IMPACTOS DAS CRISES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

Uma crise internacional estende-se de seu centro, na crise financeira global de 2008/09 os Estados Unidos, para a economia global através dos quatro canais de transmissão já referidos anteriormente. Assim, a queda da demanda global influencia a economia real em primeiro lugar através da queda das exportações, comprometendo ainda o comportamento das importações que também é importante, porque a queda das importações, por exemplo, do Brasil, pode transmitir a crise para os parceiros comerciais do país.

Segue com a transmissão da crise pelo lado monetário da economia, possivelmente através da queda da entrada de capital estrangeiro na forma de investimentos estrangeiros diretos, investimentos da carteira e de empréstimos, o que pode levar o país a uma crise de liquidez e de crédito e depreciar a taxa de câmbio.

Existe também o contágio nas expectativas dos agentes, previsões pessimistas sobre a atividade econômica global podem mudar os planos de investimentos e de consumo dos empresários e consumidores nacionais.

O contágio ocorre ainda através do canal de transmissão das políticas. Crises podem levar países para políticas monetárias (QE *quantitative easing* nos Estados Unidos, na área de euro e na Grã-Bretanha) e fiscais expansionistas prolongadas que podem levar a depreciação da taxa de câmbio destes países e possivelmente para ou aumento das taxas de inflação futuras. Como consequência os países podem piorar a crise ainda mais através de medidas políticas como protecionismo comercial através de barreiras tarifárias e não tarifárias e através do controle de fluxos de capitais internacionais.

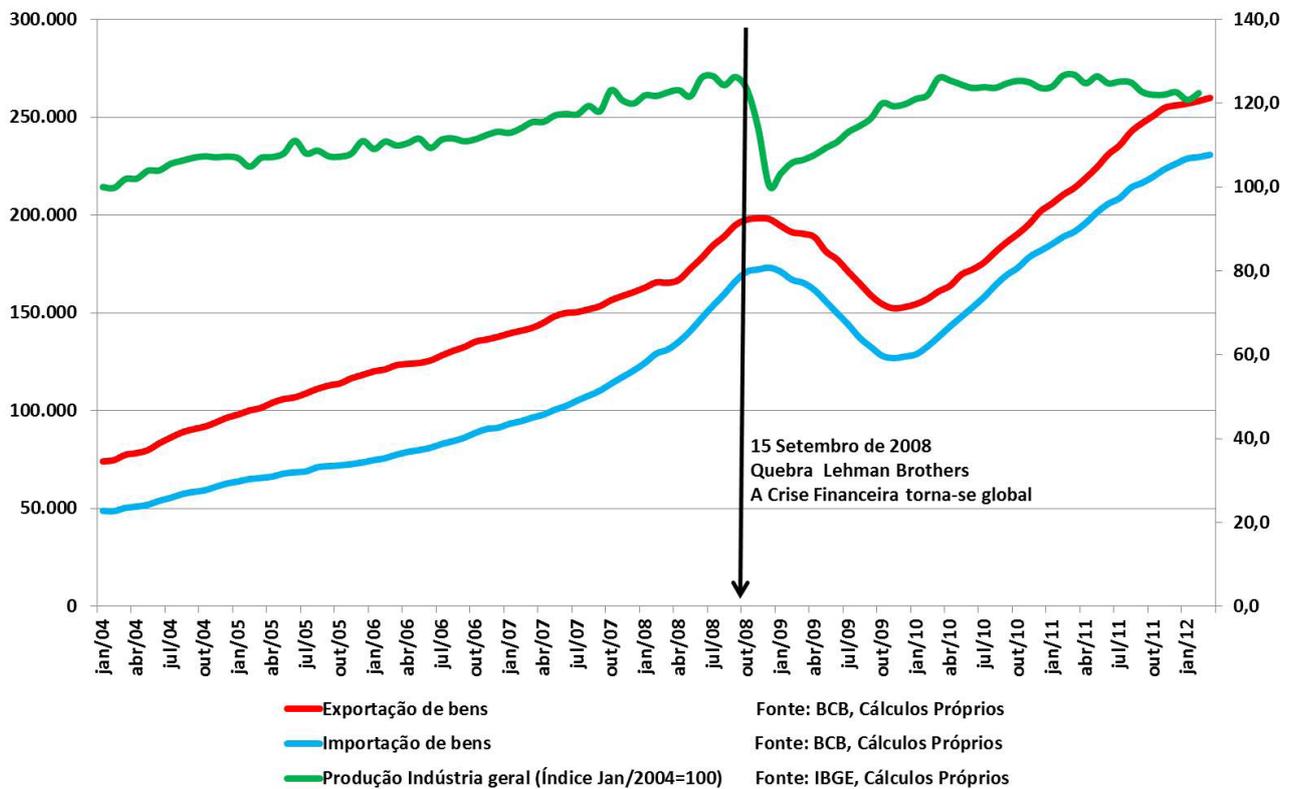
No contágio da crise global de 2008/09 entram diferentes canais de transmissão da crise para os países emergentes. Cintra e Prates [2011, p. 26] mostram os canais de transmissão mais importantes para a economia brasileira, especialmente para o mercado de câmbio e o balanço de pagamentos:

i) a retração dos investimentos de portfólio num contexto de crescente aversão ao risco e preferência pela liquidez; ii) a diminuição e, após a falência do LEHMAN BROTHERS, a virtual interrupção dos créditos externos (empréstimos, bônus, commercial papers etc.), inclusive daqueles direcionados ao comércio exterior; iii) a redução dos fluxos de investimento direto externo diante da desaceleração nos países avançados; iv) a queda da demanda externa desses países e dos preços das commodities; iv) o aumento das remessas de lucros pelas filiais das empresas transnacionais e dos bancos estrangeiros; e v) a redução das transferências unilaterais dos imigrantes.

Eles mencionam também a deterioração das expectativas como consequência da crise global e da previsão da contração da demanda global para a atividade econômica no Brasil e as exportações brasileiras, mas também um aspecto nascido no ambiente brasileiro (NOVAES, 2010 p. 239): as perdas de companhias brasileiras (especialmente Aracruz, Sadia e Votorantim) com derivativos cambiais que aumentavam a desconfiança não somente na estabilidade do sistema financeiro global, mas também na estabilidade de empresas e bancos brasileiros.

Desde terceiro trimestre de 2008 o PIB e seus componentes começam a cair, O PIB cai um pouco mais de 6% chegando ao primeiro trimestre em seu piso e se recupera até chegar ao seu nível antes da crise no quarto trimestre de 2009, Investimentos, exportações e importações demoravam ainda mais para se recuperar [IBGE, Contas Nacionais Trimestrais]. O gráfico 1 mostra mensalmente a produção industrial desde 2004 (=100) e o valor das exportações e importações (acumuladas por 12 meses).

Gráfico 1 - Produção Industrial (Índice Jan/2004 =100), Exportações e Importações de bens (acumulados por 12 meses) US\$ Milhões Brasil 2004-2012

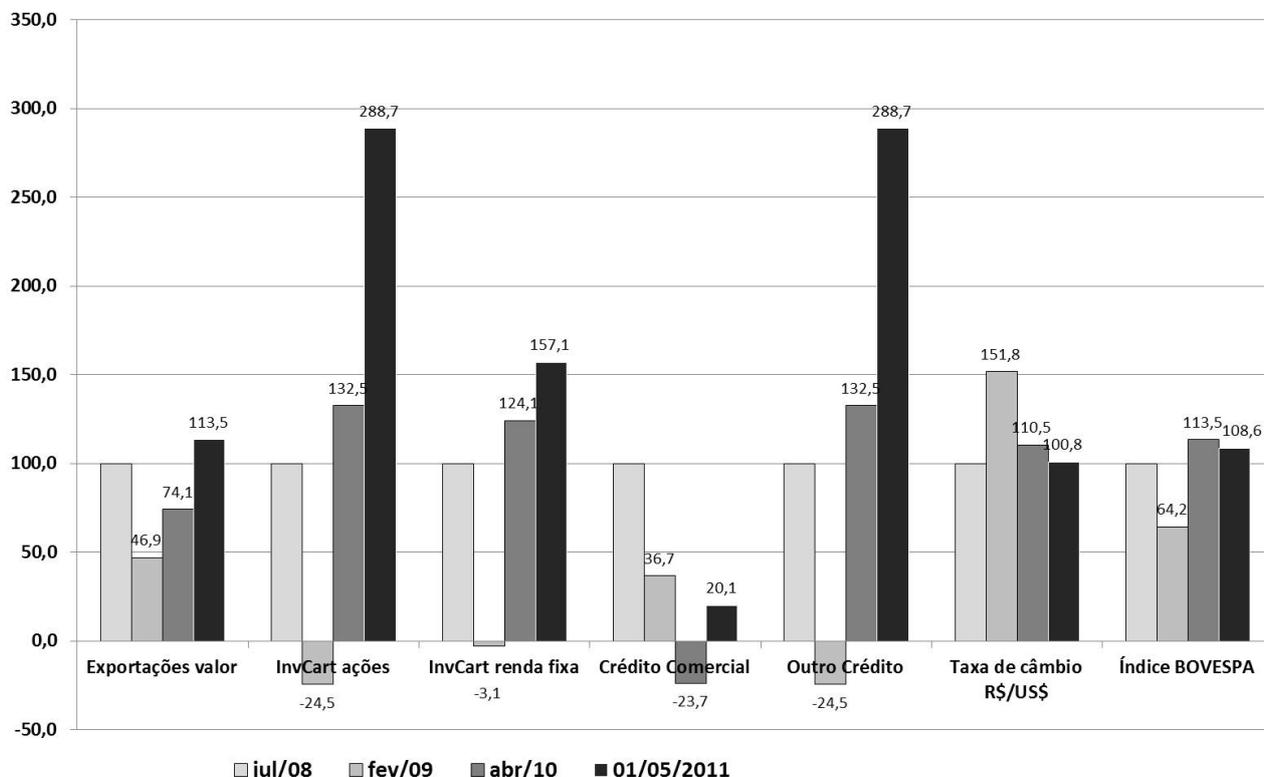


Fontes: BACEN, IBGE

Quando a crise financeira de 2008/09 torna-se global com a quebra do banco de investimento LEHMAN BROTHERS, a produção industrial brasileira caiu abruptamente, mas recuperou-se com relativa rapidez. As exportações e importações brasileiras caíram também neste período, mas a recuperação demorou um pouco mais. A crise na área de euro não reflete-se ainda nos dados, enquanto previsões apontam para a estagnação do PIB no primeiro trimestre de 2012.

O gráfico 2 mostra os impactos da crise financeira global em períodos críticos sobre exportações e o investimento estrangeiro em carteira e os empréstimos estrangeiros, bem como a taxa de câmbio e o IBOVESPA. Todas estas variáveis refletem o impacto da crise de 2008/09, mas impactos da crise na área de euro, começando na primavera de 2010 podem ainda não ser identificados aqui.

Gráfico 2 - Índices (julho 2008 = 100) Exportações, Na Conta Capital e Financeira: Investimento estrangeiro em carteira ações, Investimento estrangeiro em renda fixa, Crédito Comercial, Outro Crédito, e Taxa de câmbio R\$/US\$ e Índice BOVESPA



Fontes: BACEN

4 OS IMPACTOS DAS CRISES SOBRE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

A crise financeira global de 2008/09 tinha impactos importantes sobre a economia brasileira e sobre as exportações brasileiras, bem como sobre as importações. Antes da crise a economia brasileira o PIB estava crescendo de 2000 até 2008 a uma taxa média de 4,3% e as exportações em relação ao PIB que estavam em 8,5% em 2000 cresceram para 12,6% em 2008 (CASTILHO, 2011 p. 98). A crise interrompeu este processo abruptamente. Houve forte queda das exportações e importações no quarto trimestre de 2008, mas já no segundo trimestre de 2009 começou a recuperação do comércio exterior brasileiro. A queda dos preços das commodities², depois de uma alta acentuada no primeiro trimestre de 2008, começou em julho de 2008 e entre julho de 2008 e fevereiro de 2009 a queda das importações mundiais chegou a 40% (CASTILHO, 2011 p. 99).

Como a queda das exportações e importações começou já no quarto trimestre de 2008, os dados na tabela 3 e 4, que mostram os produtos mais importantes na pauta (com mais de 1% de expressão nas exportações e de 1%/1,5% nas importações) das exportações/importações brasileiras entre 2009 e 2008 por fator agregado, subestima os efeitos da crise.

Nas exportações (com uma queda total de -22,71% nos valores), os produtos básicos mostram uma queda expressiva dos valores de -15,16% de 2009 em relação a 2008, mas de forma diferenciada, os produtos manufaturados mais importantes mostram uma queda em valor maior de -26,64%, mas também de forma diferenciada.

As importações tinham uma queda de -26,21% de 2009 em relação a 2008, mais forte nos produtos básicos com -40,79% do que nos produtos industrializados com -22,95%.

Os produtos básicos com mais de 1% na pauta das exportações brasileiras em 2011 são todos commodities que tinham em 2009 uma queda

² É importante afirmar que não todos os preços das commodities estavam em queda, quedas mais expressivas encontram-se nos preços de petróleo e em certos metais como, por exemplo, cobre. O açúcar, por exemplo, mostrou uma tendência ascendente dos preços em 2008 e 2009.

diferenciada em valor em relação a 2008 (com exceção de soja, farelo de soja e fumo), em primeiro lugar como consequência da queda dos preços das commodities. Mas já em 2010/11 houve uma recuperação nos valores, volumes e preços. As quedas mais expressivas no valor em 2009 tinham óleos brutos de petróleo com -32,48% (volume +19,57%, preço -43,53%), carne bovino com -24,55% (volume -9,46%, preço -16,67%), minérios de ferro com -19,90% (volume -5,55%, preço -15,19%) e carne de frango com -17,25% (volume -0,07%, preço -17,19%). Mas o crescimento dos valores de todas estas commodities em 2010/11 foi tão expressivo que a queda em 2009 foi superada e para todos os produtos básicos o crescimento 2010/09 foi de 45,27% e 2011/10 foi de 36,06%, de nenhuma forma

mostrando impactos da crise da dívida soberana na área do euro em 2010/11.

Os produtos industrializados com mais de 1% na pauta das exportações brasileiras em 2011, tinham uma queda em valor de -26,64% em 2009 em relação a 2008, que foi superada em 2010 (+22,68%) e 2011 (+19,07%). As quedas mais expressivas tinham os produtos de ferro e aço com -56,66% (volume -17,86%, preço -47,24%) e os produtos automóveis, partes e peças para veículos, aviões e óleos combustíveis com quedas entre -34 e -29%. Com exceção dos aviões houve mais de uma recuperação dos valores anticrise em 2010/11, de nenhuma forma mostrando impactos da crise da dívida soberana na área do euro em 2010/11.

Tabela 3 - Exportações brasileiras em valor 2008-2011, variações percentuais do valor, do volume e do preço médio (com mais de 1% na pauta em 2011)

	US\$ FOB Milhões								Variação Valor US\$			Variação Volume			Variação Preço		
	2008	% do Total	2009	% do Total	2010	% do Total	2011	% do Total	09/08 %	10/09 %	11/10 %	09/08 %	10/09 %	11/10 %	09/08 %	10/09 %	11/10 %
TOTAL GERAL	197.942	100,0	152.995	100,0	201.915	100,0	256.040	100,0	-22,71	31,98	26,81	-2,88	14,2	4,64	*	*	*
A - PRODUTOS BASICOS	73.028	36,9	61.957	40,5	90.005	44,6	122.457	47,8	-15,16	45,27	36,06	-2,61	16,96	5,46	*	*	*
MINERIOS DE FERRO	16.539	8,4	13.247	8,7	28.912	14,3	41.817	16,3	-19,9	118,3	44,64	-5,55	16,87	6,4	-15,19	86,74	35,94
OLEOS DE PETROLEO	13.556	6,9	9.152	6,0	16.151	8,0	21.603	8,4	-32,48	76,47	33,76	19,57	21,88	-4,12	-43,53	44,78	39,51
SOJA MESMO TRITURADA	10.952	5,5	11.424	7,5	11.043	5,5	16.327	6,4	4,31	-3,34	47,85	16,58	1,79	13,46	-10,53	-5,04	30,32
CAFE CRU EM GRAO	4.131	2,1	3.761	2,5	5.182	2,6	8.000	3,1	-8,96	37,76	54,39	4,62	9,25	0,01	-12,98	26,09	54,38
CARNE DE FRANGO	5.822	2,9	4.818	3,2	5.789	2,9	7.063	2,8	-17,25	20,17	22,01	-0,07	5,97	3,15	-17,19	13,39	18,28
FARELO DE SOJA	4.364	2,2	4.593	3,0	4.719	2,3	5.698	2,2	5,25	2,76	20,73	-0,28	11,55	5,02	5,55	-7,88	14,96
CARNE DE BOVINO	4.006	2,0	3.023	2,0	3.861	1,9	4.169	1,6	-24,55	27,74	7,98	-9,46	2,72	-13,77	-16,67	24,36	25,23
FUMO	2.683	1,4	2.992	2,0	2.707	1,3	2.878	1,1	11,5	-9,53	6,34	-2,38	-25,5	8,21	14,22	21,43	-1,73
MILHO EM GRAOS	1.405	0,7	1.302	0,9	2.216	1,1	2.716	1,1	-7,33	70,15	22,6	20,97	39,03	-12,31	-23,4	22,39	39,82
B - PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	119.756	60,5	87.848	57,4	107.770	53,4	128.317	50,1	-26,64	22,68	19,07	-4,32	3,6	1,7	*	*	*
1 - PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	27.073	13,7	20.499	13,4	28.207	14,0	36.026	14,1	-24,28	37,6	27,72	0,61	7,84	5,12	*	*	*
ACUCAR DE CANA, EM BRUTO	3.650	1,8	5.979	3,9	9.307	4,6	11.549	4,5	63,82	55,67	24,09	31,57	16,81	-3,75	24,51	33,27	28,93
PASTAS QUIMICAS DE MADEIRA	3.901	2,0	3.309	2,2	4.751	2,4	4.985	2,0	-15,18	43,57	4,93	19,21	2,41	0,99	-28,85	40,19	3,9
PRODUTOS SF DE FERRO OU ACOS	4.002	2,0	1.734	1,1	2.592	1,3	4.637	1,8	-56,66	49,48	78,89	-17,86	12,97	36,4	-47,24	32,32	31,15
2 - PRODUTOS MANUFATURADOS	92.683	46,8	67.349	44,0	79.563	39,4	92.291	36,1	-27,33	18,13	16	-8,14	0	-1,43	*	*	*
AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	4.916	2,5	3.245	2,1	4.417	2,2	4.376	1,7	-33,99	36,11	-0,93	-34,2	34,35	2,11	0,33	1,31	-2,97
PARTES E PECAS PARA VEICULOS	3.510	1,8	2.417	1,6	3.422	1,7	3.982	1,6	-31,13	41,56	16,36	-38,04	30,69	5,54	11,14	8,32	10,26
AVIOES	5.495	2,8	3.860	2,5	3.972	2,0	3.924	1,5	-29,75	2,9	-1,21	-27,4	-4,89	-1,74	-3,24	8,18	0,54
OLEOS COMBUSTIVEIS	2.964	1,5	2.007	1,3	2.578	1,3	3.773	1,5	-32,31	28,45	46,37	-6,33	2,93	5,95	-27,74	24,79	38,15
ACUCAR REFINADO	1.833	0,9	2.399	1,6	3.455	1,7	3.391	1,3	30,86	44	-1,84	8,9	10,87	-26,3	20,16	29,88	33,19

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

Tabela 4- Importações brasileiras em valor US\$ 2008-2011 , variações percentuais do valor, do volume e do preço médio (com mais de 1% (1,5% para manufaturados) na pauta em 2011)

	US\$ FOB Milhões						Variação Valor US\$			Variação Volume			Variação Preço				
	2008	% do Total	2009	% do Total	2010	% do Total	2011	% do Total	09/08 %	10/09 %	11/10 %	09/08 %	10/09 %	11/10 %	09/08 %	10/09 %	11/10 %
TOTAL GERAL	172.985	100,0	127.647	100,0	181.768	100,0	226.243	100,0	-26,21	42,4	24,47	-16,55	33,02	7,58	*	*	*
A - PRODUTOS BASICOS	31.631	18,3	18.730	14,7	23.891	13,1	32.106	14,2	-40,79	27,56	34,38	-17,09	11,49	3,82	*	*	*
PETROLEO EM BRUTO	16.389	9,5	9.066	7,1	10.093	5,6	14.081	6,2	-44,68	11,32	39,51	-4,52	-12,38	-2,54	-42,06	27,05	43,14
HULHAS	2.782	1,6	2.066	1,6	2.926	1,6	4.294	1,9	-25,73	41,62	46,74	-23,75	25,53	13,18	-2,6	12,81	29,65
GAS NATURAL	2.715	1,6	1.591	1,3	2.132	1,2	2.734	1,2	-41,4	33,98	28,22	-28,83	17,97	1,84	-17,66	13,56	25,91
B - PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	141.354	81,7	108.918	85,3	157.877	86,9	194.138	85,8	-22,95	44,95	22,97	-15,94	56,92	10,54	*	*	*
1 - PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	8.860	5,1	5.101	4,0	7.103	3,9	9.381	4,2	-42,43	39,26	32,07	-42,48	61	21,04	*	*	*
CLORETO DE POTASSIO	3.829	2,2	2.079	1,6	2.234	1,2	3.503	1,6	-45,7	7,47	56,79	-48,94	77,65	25,4	6,35	-39,5	25,03
2 - PRODUTOS MANUFATURADOS	132.494	76,6	103.817	81,3	150.774	83,0	184.757	81,7	-21,64	45,23	22,54	-11,5	56,48	9,37	*	*	*
AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	5.343	3,1	5.466	4,3	8.543	4,7	11.891	5,3	2,32	56,29	39,19	8,09	44,53	32,13	-5,34	8,13	5,34
OLEOS COMBUSTIVEIS	5.236	3,0	1.677	1,3	5.203	2,9	7.882	3,5	-67,97	210,22	51,5	-41,76	160,78	10,63	-45,01	18,96	36,95
PARTES E PECAS PARA VEICULOS	4.983	2,9	3.652	2,9	5.233	2,9	6.318	2,8	-26,71	43,27	20,73	-31,06	55,78	18,16	6,31	-8,03	2,17
MEDICAMENTOS	3.917	2,3	4.088	3,2	5.640	3,1	5.873	2,6	4,36	37,97	4,14	-8,85	15,66	-3,26	14,49	19,28	7,65
NAFTAS	2.347	1,4	1.749	1,4	3.629	2,0	4.789	2,1	-25,47	107,47	31,95	19,63	59,7	-1,14	-37,7	29,91	33,47
CIRCUITOS INTEGRADOS	3.537	2,0	2.905	2,3	3.994	2,2	4.384	1,9	-17,87	37,51	9,77	-25,92	4,27	-5,09	10,87	31,88	15,66
PARTES DE APARELHOS TRANSMISSORES	2.085	1,2	1.371	1,1	3.225	1,8	3.621	1,6	-34,22	135,15	12,3	-40,88	55,39	5,36	11,27	51,33	6,58

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

É importante mostrar que o açúcar bruto e o açúcar refinado tinham um comportamento inverso na crise em 2009, os valores do açúcar bruto crescendo em +63,82% (com crescimento expressivo também em 2010 e 2011) e do açúcar refinado em +30,86% (com crescimento expressivo também em 2010) como consequência, em primeiro lugar, do aumento expressivo dos preços de açúcar entre 2008 e 2011.

Os produtos básicos com mais de 1% na pauta das importações brasileiras em 2011 tinham uma queda expressiva em valor de -40,79%, com destaque para petróleo bruto e gás natural com uma queda de mais de -40%. Os produtos manufaturados com mais de 1,5% de expressão na pauta das importações brasileiras em 2011 mostravam uma queda em valor de -22,95%, com destaque para óleos combustíveis de -67,97% e de partes e peças para veículos, nafta e partes de aparelhos transmissores com quedas entre -25% e -34%. Em todos os casos houve mais de uma recuperação dos valores anticrise em 2010/11. A importação de automóveis e medicamentos tinha um ligeiro aumento em 2009 entre 2 e 6%, com crescimento expressivo nos anos seguintes.

Exportações e importações brasileiras

mostravam uma queda expressiva em valores como consequência da crise financeira global em 2008/09, mas recuperando os níveis anticrise já em 2010 e crescendo expressivamente também em 2011, não mostrando ainda sinais dos efeitos da crise da dívida soberana na área de euro em 2010/11. Nas exportações da queda dos preços foi maior do que a queda dos volumes, nas importações houve também uma queda expressiva dos volumes.

5 IMPACTOS NA DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

A crise financeira global dos anos 2008/09 tinha impactos diferenciados para os países do mundo como a tabela 1 e outros dados econômicos globais mostram. As economias maduras foram, de forma geral, mais prejudicadas em relação ao crescimento econômico, ao aumento do desemprego, a deterioração da situação fiscal e da queda do comércio internacional do que os mercados emergentes (com exceção de Rússia e outros países exportadores de petróleo e gás natural).

A relativamente rápida recuperação da economia brasileira e das exportações e importações brasileiras foram, de forma geral, consequências da maior estabilidade do sistema financeiro brasileiro, das medidas expansionistas monetárias e fiscais e da menor vulnerabilidade externa de Brasil com reservas internacionais em março de 2012 de mais de 350 bilhões de US\$ [BACEN].

A recuperação rápida das exportações brasileiras é também consequência da diversificação geográfica dos destinos das exportações na década de 2000 até hoje. Como mostra as tabelas 5 e 6, os BRICS bem como mercados no Oriente Médio e em outras regiões substituem, de forma parcial, os velhos parceiros comerciais nas economias maduras.

**Tabela 5 - Participação de países e blocos econômicos no comércio internacional de Brasil
2000 - março de 2012**

Ano	China		União Europeia		Estados Unidos		Japão		Aladi sem Mercosul	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	1,97	2,19	27,84	26,03	23,93	23,10	4,49	5,30	9,39	6,90
2001	3,26	2,39	26,57	27,78	24,38	23,21	3,41	5,51	10,08	5,38
2002	4,17	3,29	25,83	28,57	25,44	21,78	3,48	4,97	10,87	5,53
2003	6,19	4,44	25,70	27,01	22,85	19,80	3,16	5,22	9,94	5,22
2004	5,63	5,91	25,52	25,45	20,79	18,07	2,87	4,57	11,20	5,79
2005	5,77	7,28	22,81	24,78	19,02	17,21	2,94	4,63	11,60	6,20
2006	6,10	8,75	22,53	22,12	17,80	16,05	2,83	4,20	12,71	8,01
2007	6,69	10,46	25,17	22,16	15,60	15,52	2,69	3,82	11,87	7,41
2008	8,35	11,59	23,44	20,91	13,85	14,82	3,09	3,94	10,79	7,14
2009	13,73	12,46	22,25	22,88	10,20	15,68	2,79	4,20	9,19	6,92
2010	15,25	14,08	21,36	21,53	9,56	14,88	3,54	3,84	9,21	7,27
2011	17,31	14,49	20,68	20,52	10,08	15,01	3,70	3,48	8,52	7,41
2012*	14,33	15,55	20,80	22,12	12,59	14,59	2,91	3,70	9,14	8,31

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

**Continuação Tabela 5 - Participação de países e blocos econômicos no comércio internacional de
Brasil 2000 - março de 2012**

Ano	Mercosul		Oriente Médio		Rússia		Índia		OCDE	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	14,04	13,96	2,42	2,79	0,77	1,02	0,39	0,49	63,60	62,43
2001	10,94	12,61	3,48	2,65	1,89	0,84	0,49	0,98	61,06	64,54
2002	5,49	11,88	3,86	3,03	2,07	0,91	1,08	1,21	62,68	63,11
2003	7,77	11,76	3,83	3,36	2,05	1,15	0,76	1,01	59,60	60,00
2004	9,24	10,17	3,82	3,68	1,72	1,29	0,67	0,88	56,81	56,12
2005	9,91	9,58	3,62	3,41	2,46	0,98	0,96	1,63	52,45	55,18
2006	10,15	9,82	4,17	3,46	2,50	1,03	0,68	1,61	50,55	51,12
2007	10,80	9,64	3,98	2,66	2,33	1,42	0,60	1,80	50,11	50,32
2008	10,98	8,63	4,07	3,60	2,35	1,93	0,56	2,06	46,65	48,79
2009	10,35	10,26	4,94	2,46	1,87	1,11	2,23	1,72	41,20	52,81
2010	11,19	9,14	5,21	2,57	2,06	1,05	1,73	2,33	40,91	51,38
2011	10,88	8,56	4,79	2,71	1,65	1,30	1,25	2,69	40,63	49,98
2012*	10,30	8,01	4,30	2,29	1,08	0,84	2,82	2,72	42,95	51,55

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

A tabela 5 mostra a participação de países e blocos econômicos escolhidos na pauta das exportações e importação brasileiras. No primeiro olhar a crescente importância da China como parceiro comercial brasileiro é óbvio, como também a perda de importância das economias maduras no comércio internacional brasileiro. A participação das exportações de 2000 até 2011 da China cresceu de 2% para 17%, das importações de 2% para 14%, enquanto dos países OCDE a participação das exportações caiu de 63% para 40%, a das importações 62% para 50%, especialmente a queda da importância dos Estados Unidos (exportações de 24% para 10%, importações de 23% para 15%), da União Europeia (exportações de 27% para 20%, importações de 26% para 20%) e do Japão (exportações de 4,5% para 3,7%,

importações de 5,3% para 3,5%). A participação dos países de América do Sul e do Mercosul estagnou ou declinou ligeiramente. A participação das exportações brasileiras para o Oriente Médio e a Índia cresceram, a da Rússia estagnou. Como parceiro nas importações a importância da Índia está crescendo. Esta diversificação geográfica em direção aos mercados emergentes com queda da expressão nas economias emergentes pode ser uma das causas da estabilidade da economia brasileira na crise global de 2008/09 e possivelmente dos efeitos menores da crise na área do euro em 2010/2012, como mostra a tabela 6 com as taxas de crescimento dos valores das exportações e importações brasileiras (em US\$ correntes) para os mesmos países e blocos econômicos.

Tabela 6 – Crescimento no comércio internacional de Brasil para países e blocos econômicos 2000 - março de 2012

Ano	Total		China		União Europeia		Estados Unidos		Japão	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	14,80	13,28	60,51	41,25	8,07	-5,24	23,55	9,86	12,85	14,97
2001	5,75	-0,45	75,26	8,70	0,92	6,26	7,73	0,05	-19,59	3,46
2002	3,69	-15,03	32,54	16,98	0,78	-12,62	8,23	-20,29	5,67	-23,37
2003	21,12	2,29	79,83	38,21	20,55	-3,28	8,78	-6,98	10,14	7,37
2004	32,07	30,03	20,03	72,76	31,14	22,50	20,15	18,68	19,81	13,81
2005	22,60	17,13	25,61	44,31	9,58	14,04	12,14	11,53	25,53	18,70
2006	16,26	24,12	22,93	49,23	14,81	10,79	8,81	15,72	11,83	12,76
2007	16,58	32,04	27,93	57,95	30,22	32,33	2,20	27,74	10,96	20,04
2008	23,21	43,42	53,72	58,81	14,76	35,33	9,41	36,88	41,50	47,68
2009	-22,71	-26,17	27,12	-20,62	-26,64	-19,22	-43,11	-21,83	-30,17	-21,14
2010	31,98	42,32	46,57	60,86	26,73	33,89	23,75	35,00	67,24	30,15
2011	26,81	24,46	43,94	28,11	22,74	18,63	33,65	25,59	32,66	12,68
2012	7,51	9,47	10,58	13,86	-0,35	18,18	41,02	14,59	-19,11	2,19

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

Continuação Tabela 6 – Crescimento no comércio internacional de Brasil para países e blocos econômicos 2000 março de 2012

Ano	Aladi sem Mercosul		Mercosul		Oriente Médio		Índia		OCDE	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	36,82	40,86	14,18	16,03	-10,27	45,33	-30,73	59,58	17,24	4,18
2001	13,49	-22,47	-17,64	-10,09	52,30	-5,74	31,25	100,03	1,52	2,92
2002	11,88	-12,60	-47,94	-19,94	14,84	-2,77	129,05	5,60	6,45	-16,92
2003	10,69	-3,39	71,28	1,31	20,39	13,64	-15,30	-15,26	15,16	-2,74
2004	48,89	43,99	57,19	12,41	31,42	42,41	17,85	14,48	25,88	21,62
2005	26,97	25,49	31,46	10,38	16,26	8,41	74,38	116,32	13,20	15,16
2006	27,33	60,32	19,07	27,13	34,06	26,12	-17,49	22,53	12,04	14,98
2007	8,93	22,20	24,08	29,63	11,31	1,28	2,02	47,17	15,56	29,98
2008	11,98	38,14	25,26	28,47	25,87	94,38	15,08	64,31	14,71	39,04
2009	-34,13	-28,43	-27,18	-12,23	-6,24	-49,57	209,80	-38,53	-31,74	-20,07
2010	32,22	49,65	42,79	26,80	39,37	48,94	2,26	93,62	31,07	38,45
2011	17,23	26,73	23,23	16,58	16,64	31,22	-8,35	43,34	25,94	21,08
2012*	11,19	20,02	-4,77	-2,01	-5,26	-1,44	112,40	39,12	8,38	12,88

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

A tabela 6 mostra o crescimento no comércio internacional de Brasil para países e blocos econômicos de 2000 até março de 2012. Como a tabela mostra as exportações brasileiras estavam em queda expressiva em 2009 em todos os países e blocos econômicos relatados, com exceção de China, onde houve um crescimento expressivo de 27% e na Índia onde houve um crescimento de cerca 210%.

Até 2011 houve nenhum efeito da crise na área do euro sobre as exportações brasileiras para a União Europeia, mas nos primeiro três meses de 2012 houve uma queda das exportações. Mas os dados para os primeiros três meses ainda não podem ser interpretadas como efeitos da crise, porque sempre

há efeitos sazonais variáveis. As importações brasileiras mostram quedas expressivas para todos os países e blocos relatados, mais expressivos ainda nos países que, em primeiro lugar, exportam produtos básicos, como o Oriente Médio e Rússia.

Para identificar possíveis impactos futuros da crise na área do euro sobre as exportações brasileiras é importante avaliar o comércio internacional do Brasil com os países PIIGS, mais afetados na crise (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha). As tabelas 7 e 8 mostram a participação destes países no comércio internacional brasileiro, bem como as taxas de crescimento do comércio internacional nos anos 2000 até março 2012.

Tabela 7 – Participação de Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha no comércio internacional de Brasil 2000- março de 2012

Ano	Portugal		Irlanda		Itália		Grécia		Espanha	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	0,69	0,30	0,18	0,44	3,89	3,88	0,26	0,06	1,82	2,00
2001	0,87	0,36	0,55	0,44	3,11	3,93	0,27	0,03	1,77	2,20
2002	0,97	0,36	0,19	0,43	3,01	3,72	0,24	0,06	1,83	2,06
2003	0,86	0,30	0,23	0,46	3,02	3,60	0,19	0,05	2,10	2,02
2004	1,00	0,30	0,19	0,43	3,01	3,26	0,20	0,08	2,05	1,87
2005	0,86	0,32	0,20	0,39	2,72	3,09	0,15	0,04	1,82	1,81
2006	1,07	0,34	0,25	0,35	2,78	2,81	0,18	0,06	1,65	1,57
2007	1,12	0,28	0,22	0,35	2,78	2,78	0,23	0,03	2,12	1,53
2008	0,86	0,35	0,19	0,29	2,41	2,67	0,17	0,04	2,04	1,43
2009	0,83	0,34	0,19	0,40	1,97	2,87	0,13	0,03	1,72	1,53
2010	0,75	0,32	0,09	0,31	2,10	2,66	0,09	0,04	1,92	1,53
2011	0,80	0,37	0,12	0,29	2,13	2,75	0,07	0,05	1,83	1,46
2012*	0,79	0,48	0,23	0,35	1,89	2,84	0,07	0,02	1,90	1,46

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

Tabela 8 – Crescimento no comércio internacional de Brasil com Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha 2000- março de 2012

Ano	Total		Portugal		Irlanda		Itália		Grécia		Espanha	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
2000	14,8	13,28	14,63	12,6	21,49	19,09	16,3	-16,61	2,12	5,9	-13,96	-5,12
2001	5,75	-0,45	33,6	16,42	220,65	1,04	-15,66	0,9	7,96	-38,96	2,6	9,46
2002	3,69	-15,03	14,99	-14,53	-65,05	-16,37	0,41	-19,63	-5,33	43,92	7,27	-20,38
2003	21,12	2,29	8,12	-15,3	45,71	8,77	21,57	-1,08	-6,88	-11,63	39,06	-0,1
2004	32,07	30,03	53,19	32,99	14,06	19,9	31,64	17,88	40,97	103,07	28,67	20,67
2005	22,6	17,13	5,62	21,78	23,6	7,61	10,99	11,07	-10,04	-46,23	9,03	13,34
2006	16,26	24,12	43,77	34,59	46,05	11,82	18,82	12,93	42,36	123,64	5,65	7,39
2007	16,58	32,04	22,91	9,13	2,21	31,82	16,35	30,25	49,56	-30,37	49,39	28,81
2008	23,21	43,42	-5,43	75,5	10,33	17,68	6,75	37,78	-10,3	62,14	18,82	34,1
2009	-22,71	-26,17	-25,19	-27,41	-24,39	1,18	-36,7	-20,55	-38,91	-47,73	-34,81	-20,89
2010	31,98	42,32	18,11	33,58	-40,28	12,84	40,42	32,01	-13,65	94,08	46,63	41,82
2011	26,81	24,46	36,26	43,93	75,44	13,03	28,46	28,62	9,28	52,14	20,88	18,95
2012*	7,51	9,47	-0,14	26,68	112,4	39,12	-15,64	13,66	-5,61	30,45	-8,65	9,91

Fonte: Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior.

As tabelas mostram que Irlanda e Grécia são destinos pouco importantes para as exportações brasileiras com participação de 0,15% no ano 2011. Itália e Espanha, a terceira e quarta economia mais importante na área do euro, mostram uma participação de cerca 2% as exportações brasileiras, enquanto a participação da Itália estava em ligeira queda desde 2000, a da Espanha fica mais ou menos constante nestes anos. Estes países são destinos importantes para as exportações brasileiras, enquanto não de interesse vital para o comércio internacional brasileiro. Mas um contágio da crise para estes países poderia não somente influenciar as exportações diretamente, mas também indiretamente, porque se a crises aprofunda-se expressivamente nestes países grandes dentro da área do euro, a crise pode ter impactos sobre as economias maiores da área do euro, a Alemanha e a França com impactos muito piores. O Portugal é um caso intermediário, com participação de 0,8% nas exportações brasileiras em 2011.

Na tabela 8 as taxas de crescimento do comércio internacional do Brasil com estes países mostram que as exportações brasileiras para todos estes países estavam em queda expressiva em 2009, lideradas por quedas na Grécia, Itália e Espanha com mais de 30%. Mas as exportações brasileiras para estes países já se recuperavam em 2010, com exceção de Irlanda onde houve uma queda expressiva de 24% em 2009 e uma queda ainda mais expressiva de 40% em 2010 com recuperação somente em 2011.

A participação relativamente pequena dos países seriamente atingidos pela crise e com ajuda da União Europeia (Grécia, Irlanda, Portugal e recentemente Espanha ajudada pelo Banco Central Europeu) no comércio exterior do Brasil e a recuperação rápida das exportações brasileiras depois da crise de 2008/09 (com exceção da Irlanda) podem ser interpretados como sinais positivos para o Brasil. Por esta razão as consequências da crise da dívida soberana sobre as exportações do Brasil podem ser avaliadas de ser mais amenas do que as consequências da crise global de 2008/09, se a crise não atinge de forma mais profunda as grandes economias da Itália e Espanha o que poderia desestabilizar a economia europeia e levar a economia global para uma nova recessão e – obviamente – com maiores impactos negativos sobre o Brasil.

6 CONCLUSÕES

A crise financeira global de 2008/09, ou a grande recessão, foi a crise mais grave desde a grande depressão da década de 1930, com queda da produção em muitos países, aumento de desemprego, mas também na adoção de políticas monetárias e fiscais expansionistas prolongadas para salvar a economia global de uma nova depressão. A crise da dívida soberana na área do Euro pode ser parcialmente vista como um impacto tardio da crise global de 2008/09. Essa crise global levou em 2009 a economia brasileira para uma leve recessão especialmente devido a uma queda expressiva das exportações brasileiras nesse ano, mas de forma diferenciada para os produtos na pauta comercial brasileira. Contudo, a recuperação da economia brasileira já começou no segundo trimestre de 2009. A crise teve contágio para a economia brasileira através do canal de transmissão real, em primeiro lugar, pela queda das exportações brasileiras em consequência da queda da demanda global, através do canal de transmissão monetário pela escassez de crédito, através do canal das expectativas pela queda da confiança de empresários e consumidores brasileiros e através do canal de transmissão político pela tentativa de seguir políticas de protecionismo adotadas em todo mundo.

Num mundo globalizado crises internacionais refletem-se através destes quatro canais de transmissão também na economia brasileira. Importante para o governo brasileiro, bem como para a sociedade brasileira, é reconhecer fragilidades na economia global, como a recente crise da dívida soberana na área do euro, para programar medidas monetárias e fiscais para amenizar os efeitos das crises sobre a economia brasileira. Na crise de 2008/09, bem como na crise na área do Euro mais recente, o Banco Central do Brasil e o governo brasileiro tomaram medidas expansionistas na área monetária e fiscal para diminuir os efeitos sobre a economia real. No mesmo tempo o BNDES e os bancos públicos aumentavam a oferta de crédito para diminuir os impactos dos problemas de liquidez no sistema financeiro internacional para o Brasil. A consequência foi um crescimento expressivo em 2010.

O artigo tenta identificar impactos possíveis da crise da dívida soberana na área do euro analisando os efeitos da crise global de 2008/09. Mas os dados disponíveis em abril de 2012 ainda não mostraram sinais significativos de efeitos negativos da crise na área do euro sobre as exportações brasileiras, enquanto o PIB e a produção industrial em 2012 estão quase estagnados ou em queda. O problema do crescimento pouco expressivo da economia brasileira em 2011 e 2012, mesmo com medidas expansionistas fortes na área monetária e fiscal, pode ter outras causas do que a crise recente na área do Euro. Possivelmente a expansão da economia e especialmente do consumo através da diminuição da desigualdade social está se esgotando. Possivelmente são necessárias medidas para estimular os investimentos para incentivar novamente um ciclo de crescimento acelerado.

Com base nos dados disponíveis provavelmente os impactos da crise da dívida soberana na área do euro vão ser mais amenos para exportações brasileiras, por causa da maior diversificação geográfica do comércio internacional do Brasil, da importância restrita dos países mais atingidos pela crise na área do euro (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) para o comércio internacional do Brasil, pela estabilidade do sistema financeiro brasileiro e das medidas monetárias, cambiais e fiscais do Banco central do Brasil e do governo brasileiro. Mas a situação pode se deteriorar, se a crise atinge com mais força as economias de Espanha e Itália e com isto a área do euro, que pode contagiar a economia global de forma mais severa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN), **Séries Temporais**. Disponível em < www.bcb.gov.br> Acesso em 05/03/2012.
- BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS): **81st Annual Report, Basel, 26 June 2011**. Disponível em < www.bis.org>. Acesso em 27/03/2012.
- CASTILHO, Marta, Impactos da crise econômica internacional sobre o comércio exterior brasileiro, em **Crise Financeira Global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil** / organizadores: Luciana Acioly, Rodrigo Pimentel Ferreira Leão; autores: Emilio Chernavsky ... [et al]. – Brasília : Ipea, 2011.127p.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo, PRATES, Daniela Magalhães, Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global, em **Crise Financeira Global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil**/ organizadores:Luciana Acioly, Rodrigo Pimentel Ferreira Leão; autores: Emilio Chernavsky ... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2011.127p.
- EUROSTAT, **Portal**. Disponível em <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>> Acesso em 10/04/2012
- GLOBO.COM, **Economia, Brasil pode taxar capital estrangeiro em 'guerra cambial', afirma Mantega**. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/brasil-pode-taxar-capital-estrangeiro-em-guerra-cambial-mantega-2.html>> Acesso em 26/12/2012.
- IBGE, **Home**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 06/04/2012.
- IMF, **Fiscal Monitor**. Disponível em < www.imf.org> Acesso em 12/09/2011.
- LAGARDE, Christine, **Anchoring Stability to Sustain Higher and Better Growth**. Zurich, May 7, 2012. Disponível em <www.imf.org> Acesso em 08/06/2012.
- MDIC, **Comércio Exterior: Balança Comercial** (diferentes anos). Disponível em < <http://www.mdic.gov.br> > Acesso em 03/04/2012.
- MDIC, **Portal**. Disponível em < <http://www.mdic.gov.br>> Acesso em 03/06/2012
- MINSKY, Hyman P., **Stabilizing an unstable economy**, New York: McGrawHill, 2008
- NOVAES, Ana, **Derivativos e Governança Corporativa: O caso Sadia: corrigindo o que não funcionou em Risco e Regulação** / organizadores: GARCIA, Márcio e GIAMBIAGI, Fabio. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010 p. 239-257
- OECD, **World Economic Outlook. Home/Statistics**. Disponível em < <http://www.oecd-ilibrary.org>> Aceso em 18/04/2012
- ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen, **A economia das crises: Um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- SACHVERSTÄNDIGENRAT ZUR BEGUTACHTUNG DER GESAMTWIRTSCHAFTLICHEN ENTWICKLUNG, **Jahresgutachten 2011/12: Verantwortung für Europa wahrnehmen**. Disponível em <<http://www.sachverstaendigenrat.org>> Acesso em 01/07/2012.
- THE FINANCIAL CRISIS INQUIRY COMMISSION, **The financial crisis inquiry report**, New York: Public Affairs, 2011. Disponível em <<http://www.gpo.gov>> Acesso em 06/06/2012.